



PLATAFORMA
DAS INDÚSTRIAS
DE DEFESA
NACIONAIS



REPÚBLICA
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL



DEFESA EUROPEIA

POTENCIAL DE OPORTUNIDADES PARA A BTID

JUNHO 2018

ÍNDICE

I. O FUTURO DA DEFESA NA UE	3
II. PLANO DE AÇÃO EUROPEU NO DOMÍNIO DA DEFESA	6
III. EDA - AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA	13
IV. INFORMAÇÕES ÚTEIS	17



I. O FUTURO DA DEFESA NA UE

O atual contexto geopolítico mundial tornou a segurança uma das maiores preocupações dos cidadãos europeus. Por este motivo a segurança e a defesa assumem um papel de maior destaque na União Europeia (UE). Embora os Estados-Membros continuem a estar na linha da frente e sejam responsáveis pela mobilização das Forças Armadas e de Segurança sempre que necessário, estes novos tipos de ameaças podem ser melhor prevenidas e combatidas se trabalhadas em conjunto.

Com 203 mil milhões de euros investidos na área defesa em 2015, o conjunto dos Estados-Membros da UE ocupam o segundo lugar mundial em termos de investimento militar, depois dos EUA. Todavia, os fundos orçamentais dedicados à defesa são muitas vezes utilizados de forma ineficaz devido:

- À fragmentação do mercado europeu de defesa;
- À duplicação onerosa das capacidades militares;
- A uma colaboração industrial insuficiente e à falta de interoperabilidade.

Em 2016, os governos nacionais intensificaram a sua resposta às ameaças mais prementes e os orçamentos da defesa foram reforçados em conformidade. (Imagem 1).

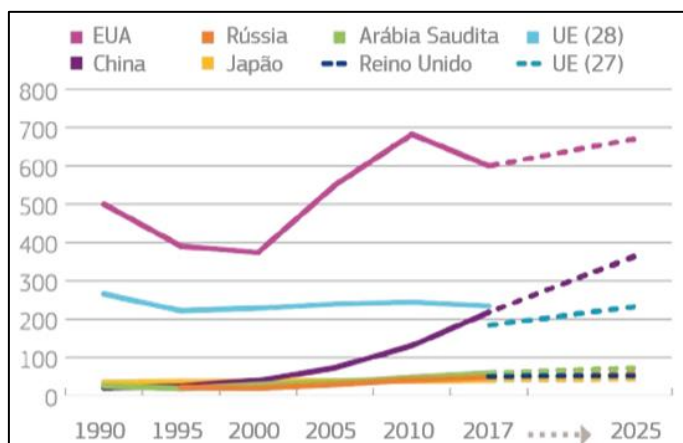


Imagem 1: Perspetiva comparada de despesa no setor da Defesa. Fonte: SIPRI 2016.

Os EUA já investem em defesa mais do dobro do que investem os Estados-Membros da UE no seu conjunto. A China registou na última década um aumento de 150% do orçamento em defesa.

A estes factos, acresce a saída do Reino Unido da UE (*Brexit*) que provocará alterações nos valores totais despendidos no conjunto dos países da UE.

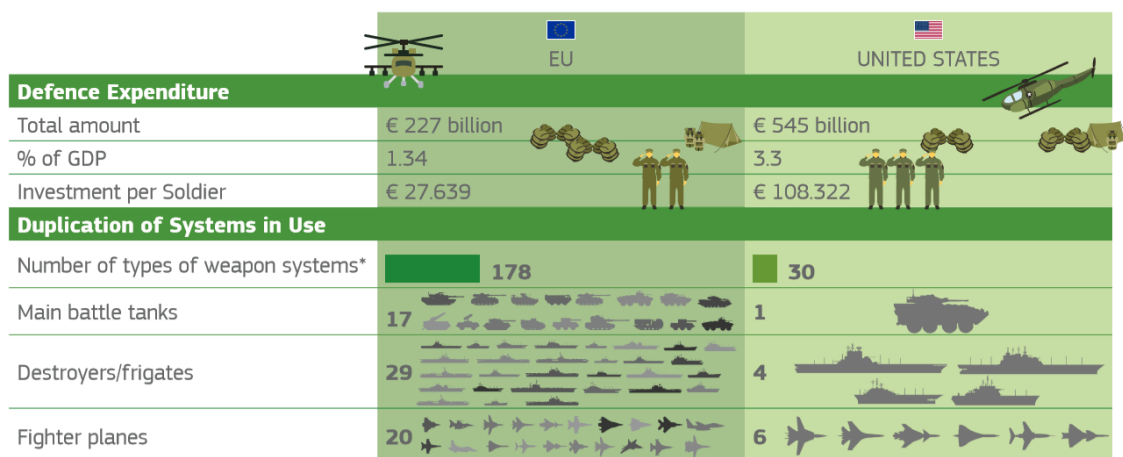
Atualmente, no âmbito da discussão do novo Quadro Financeiro Plurianual (pós 2020), a Segurança e a Defesa

assumem um papel de maior destaque na UE, representando um dos poucos setores com aumento orçamental previsto.

Os mercados da defesa encontram-se muito fragmentados, prejudicando a interoperabilidade e gerando pelo menos 30 mil milhões de euros de custos de oportunidade (Imagem 2). As duplicações existentes entre os diferentes EM podem afetar a interoperabilidade dos equipamentos de defesa e podem conduzir igualmente à falta de preparação e de disponibilidade das forças armadas, criando lacunas nas capacidades de defesa.

Atualmente existem 178 sistemas de armas diferentes na UE, em comparação com 30 nos EUA. Há mais produtores de helicópteros na Europa do que governos capazes de comprá-los.

A concorrência entre os principais atores industriais a nível mundial estima-se que irá aumentar, o que exige uma utilização mais eficiente dos recursos (economia circular), surgindo uma oportunidade para UE ser competitiva a nível mundial, devendo reunir e integrar as suas melhores capacidades tecnológicas e industriais no domínio da Defesa.



* Number of types of weapon systems for selected weapon systems categories

Imagem 2: Duplicação de gastos com a defesa na Europa. Fonte: SIPRI 2016, Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (Military Balance 2017), Munich Security Report 2017.

A evolução tecnológica está também a modificar radicalmente a natureza e a fisionomia da segurança e da defesa, facilitando igualmente o rápido surgimento de ameaças não convencionais, transnacionais e assimétricas, designadamente ataques híbridos, terroristas, informáticos, químicos, biológicos ou radiológicos.

O Parlamento Europeu, através de uma proposta de resolução¹, incentiva os Estados-Membros a encararem as Indústria de Defesa através de uma Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia (BTIDE) que atue num contexto mundial, dando nota que medidas protecionistas adotadas pelos Governos nacionais seriam contrárias ao objetivo de aumentar a competitividade da indústria de defesa europeia.

A cooperação e a integração sistemáticas no domínio da defesa implicam, por seu turno, que se crie um verdadeiro mercado único da defesa. Trata-se de promover a concorrência a nível industrial, o acesso transnacional das empresas de menor dimensão à cadeia de abastecimento, a especialização, a realização de economias de escala pelos fornecedores, a otimização das capacidades de produção, a redução dos custos de produção e a segurança do abastecimento.

Em função da vontade política dos diferentes EM para efetuar progressos nestes domínios, foram traçados três cenários diferentes (Quadro 1), no horizonte 2025, que poderão progressivamente criar os alicerces de uma União Europeia da Segurança e da Defesa:

- Cenário A: Cooperação no domínio da segurança e da defesa;
- Cenário B: Partilha no domínio da segurança e da defesa;
- Cenário C: Segurança e defesa comuns.

¹ [Proposta de Resolução do Parlamento Europeu 2013.](#)

Quadro 1: Cenários para o futuro da Defesa Europeia.

CENÁRIOS	PRINCÍPIOS	INTERVENÇÕES	CAPACIDADES	EFICIÊNCIA
Cenário A: Cooperação no domínio da segurança e da defesa	A UE complementa os esforços dos EM, mantendo a solidariedade um caráter pontual e sendo interpretada individualmente pelos Estados-Membros.	Realização de missões de reforço das capacidades, operações de gestão de crises de pequena dimensão, maior intercâmbio de informações estratégicas, apoio da UE ao reforço da resiliência dos Estados-Membros. A cooperação entre a UE e a NATO mantém-se como atualmente.	Desenvolvimento de certas tecnologias essenciais a nível da UE, mas dificuldade em dispor da gama completa das capacidades militares; Utilização limitada do Fundo Europeu de Defesa.	Economias de escala iniciais.
Cenário B: Partilha no domínio da segurança e da defesa	A UE complementa os esforços envidados pelos EM, passando a solidariedade financeira e operacional entre estes a constituir a norma.	Gestão de crises, reforço das capacidades e proteção num eixo interno-externo. Os Estados-Membros acompanham e prestam assistência mútua em matéria de cibersegurança, partilhando informações estratégicas, a Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira protege as fronteiras externas. Coordenação UE- NATO em todas as áreas de segurança militar ou civil.	Financiamento conjunto das capacidades essenciais e aquisição conjunta de capacidades multinacionais, com o apoio do Fundo Europeu de Defesa; Planeamento comum e desenvolvimento de cadeias de valor.	Realização de economias de escala significativas no mercado de defesa à escala europeia, condições de financiamento favoráveis em toda a cadeia de abastecimento no setor da defesa.
Cenário C: Segurança e defesa comuns	Solidariedade e assistência mútua, defesa comum, tal como prevista no Tratado.	A UE dirige e leva a cabo operações complexas; acompanhamento/ avaliação comuns das ameaças e dos planos de contingência. Cibersegurança à escala da UE. A Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira conta com forças marítimas permanentes e serviços de informação europeus, nomeadamente drones ou satélites. Força europeia de proteção civil. Complementando o papel da NATO, a Política Comum de Segurança e Defesa da Europa contribuiria para reforçar a resiliência da Europa e a proteção contra as diferentes formas de agressão.	Financiamento e aquisição em conjunto de novas capacidades militares a partir do orçamento da UE; Independência tecnológica.	Maior eficácia das despesas com a defesa graças à realização de economias de escala, à especialização, à partilha dos meios militares mais onerosos e à inovação tecnológica, a fim de reduzir os custos com a defesa e ficar mais bem posicionado para enfrentar a concorrência internacional.

II. PLANO DE AÇÃO EUROPEU NO DOMÍNIO DA DEFESA

“Para a defesa Europeia ser forte, a defesa Europeia tem de ser inovadora. É por isso que vamos propor antes do final do ano um Fundo de Defesa Europeia para impulsionar a inovação e a investigação” Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia, 14 setembro 2016

A Comissão Europeia apresentou um [Plano de Ação Europeu no domínio da Defesa](#)² que em termos sumários tem como objetivo:

- Promover a eficiência em termos de custos das despesas com a defesa;
- Reforçar a cooperação em matéria de defesa;
- Construir uma base industrial mais sólida.

O plano incentiva o desenvolvimento de três programas-chave que em termos genéricos se procura distinguir no Quadro 2 e nos subcapítulos seguintes de forma mais detalhada:

II.a) Fundo Europeu de Defesa;

II.b) PEDID - Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa;

II.c) CEP - Cooperação Estruturada Permanente.

Quadro 2: Enquadramento dos três programas-chave.

PROGRAMA	DESCRIÇÃO	OBJETIVOS	ENTIDADE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO (€) / PERÍODO
Fundo Europeu de Defesa	Financiamento para investigação em colaboração em tecnologias e produtos de defesa inovadores, financiados total e diretamente pelo orçamento da UE; O Fundo é constituído por duas vertentes: - Investigação; Desenvolvimento e aquisição;	- Complementar e ampliar os investimentos nacionais na investigação em matéria de defesa; - Desenvolvimento de protótipos; - Aquisição de equipamentos e tecnologia de defesa;	Comissão Europeia	<u>Investigação:</u> - 90 M€ (2019) - 500 M€ /ano (a partir de 2020) <u>Desenvolvimento e aquisição:</u> - 500 M€ no âmbito do PEDID (2019 e 2020) - 1000 M€ / ano (a partir de 2020)
PEDID	Apoiará as ações realizadas por meio de cooperação entre pelo menos três empresas/entidades estabelecidas em pelo menos dois Estados-Membros da UE; Programa incluído no Fundo Europeu de Defesa;	- Conceção e a definição de especificações técnicas comuns; - Desenvolvimento de protótipos; - Realização de ensaios; - Qualificação e certificação dos produtos;	Comissão Europeia	- 500 M€ (2019 e 2020) - Taxa de financiamento proposta limitada a 20 % do custo total da ação
CEP	25 Estados-Membros participantes aprovaram uma lista inicial de 17 projetos, com destaque para a participação nacional em 6 projetos conjuntos;	- Desenvolvimento conjunto das capacidades de defesa e disponibilizá-las para as operações militares da UE; - Reforço contribuições nacionais e da sua participação em forças multinacionais	Conselho Europeu Agência Europeia de Defesa (avalia as contribuições dos países)	<i>Deverão ser adotadas pelo Conselho até ao final de junho de 2018</i>

² Comunicado de imprensa (30 de novembro de 2016).

II. a) FUNCIONAMENTO DO FUNDO EUROPEU DE DEFESA

A UE disponibilizará pela primeira vez financiamento para investigação em colaboração em tecnologias e produtos de defesa inovadores, financiados total e diretamente pelo orçamento da UE.

O Fundo Europeu de Defesa irá coordenar, complementar e ampliar os investimentos nacionais na investigação em matéria de defesa, no desenvolvimento de protótipos e na aquisição de equipamentos e tecnologia de defesa.

O Fundo criará incentivos para os Estados-Membros cooperarem no desenvolvimento conjunto de protótipos através do co-financiamento do orçamento da UE para alavancar o financiamento nacional (Imagem 3).

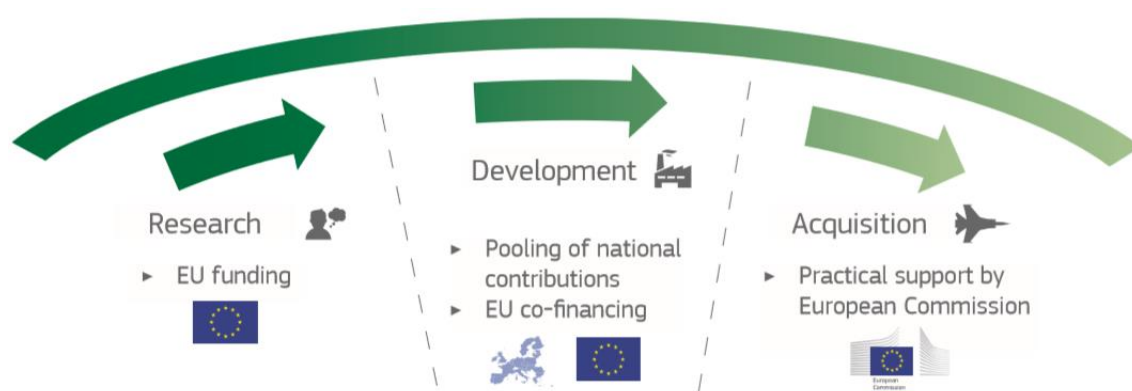


Imagem 3: As vertentes do Fundo Europeu de Defesa.

Fonte: The European Defence Fund - Factsheet.

O Fundo Europeu de Defesa é constituído por duas vertentes distintas mas complementares: uma vertente investigação e uma vertente capacidades (Imagem 4).

- **Investigação:** As atividades de investigação do Fundo já estão a produzir resultados. Pela primeira vez, a partir de 2017, a UE atribuiu subvenções a uma investigação colaborativa dedicada às tecnologias e aos produtos inovadores no domínio da defesa, financiadas de forma integral e direta a título do orçamento da UE. Os projetos elegíveis para financiamento da UE incidirão em domínios prioritários, previamente acordados pelos Estados-Membros, e incluirão provavelmente a eletrónica, os programas informáticos encriptados ou a robótica.

Estes projetos serão financiados através de: 90 milhões de EUR até ao final de 2019, com uma dotação de 25 milhões de EUR para 2017.



A partir de 2020 serão disponibilizados 500 milhões de EUR por ano. Em 2018, a Comissão irá propor um programa comunitário específico de investigação em matéria de defesa, com um orçamento anual previsto de 500 milhões de EUR, que tornará a UE num dos maiores investidores da Europa em investigação no domínio da defesa.

- **Desenvolvimento e aquisição:** O Fundo criará incentivos para os Estados-Membros cooperarem no desenvolvimento e aquisição conjuntos de equipamentos e tecnologias de defesa, com cofinanciamento do orçamento da UE e o apoio prático da Comissão. Os Estados-Membros poderão, por exemplo,

investir em conjunto no desenvolvimento tecnológico de drones ou das comunicações por satélite, ou adquirir helicópteros por atacado para reduzir os custos. Apenas serão elegíveis projetos colaborativos e uma parte do orçamento global será atribuída a projetos que envolvam a participação transfronteiriça de PME.

A UE garantirá o cofinanciamento: um total de 500 milhões de EUR para 2019 e 2020, no âmbito do PEDID (Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa);

Mil milhões de EUR por ano, a partir de 2020. Um programa mais alargado será preparado para o período após 2020, com um orçamento anual estimado de mil milhões de EUR. O programa alavancará o financiamento nacional, com um efeito multiplicador previsto de 5. Pode, por conseguinte, gerar um investimento total no desenvolvimento da capacidade de defesa de 5 mil milhões de EUR, por ano, a partir de 2020.

	UNTIL 2020	POST - 2020
 RESEARCH Fully and directly funded from EU budget	€90 million total	€500 million* / year
 DEVELOPMENT Member States budget at least 80%	€2 billion total	€4 billion* / year
Co-financing from EU budget up to 20%	€500 million total	€1 billion* / year
		€5.5 billion* / year

* Budget expectations per year

Imagem 4: Perspetivas de financiamento do Fundo Europeu de Defesa.
Fonte: The European Defence Fund - Factsheet.

Sempre que os Estados-Membros decidam adquirir em conjunto capacidades, por exemplo através da compra conjunta de helicópteros para reduzir custos, a Comissão pode oferecer apoio prático, ajudando-os a aplicar as disposições económicas e financeiras mais adequadas

Em complementaridade com outros trabalhos em curso, nomeadamente a Estratégia Global da UE e a implementação da Declaração Conjunta UE-OTAN, o Fundo Europeu de Defesa é indispensável para o reforço da segurança europeia, competindo aos Estados-Membros orientar o processo de candidaturas nacionais.

II. b) PEDID - Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa³

O PEDID visa melhorar a competitividade e a inovação da indústria da defesa da UE, incluindo a ciberdefesa.

Enquadrado no âmbito do Fundo Europeu de Defesa, o PEDID complementará as iniciativas que financiem a investigação no domínio da defesa em regime de colaboração e assegurará o desenvolvimento dos resultados dessa investigação.

O programa proposto incentiva a colaboração entre empresas no desenvolvimento de produtos e tecnologias, tendo em conta as prioridades em termos de capacidades acordadas pelos Estados-Membros, no âmbito da União, através do Plano de Desenvolvimento de Capacidades da União.

O programa tem igualmente em conta o facto de que as ações poderão ter lugar no contexto da Cooperação Estruturada Permanente (CEP).

A Comissão propõe um regulamento com vista a instituir o programa – [consulte aqui](#).

As estratégias de intervenção propostas terão lugar através de assistência financeira. O financiamento ao abrigo do programa será concedido sob a forma de subvenções e de instrumentos financeiros ou por meio de contratos públicos.

O PEDID, com um orçamento proposto de 500 milhões de euros, apoiará as ações realizadas por meio de cooperação entre pelo menos três empresas/entidades estabelecidas em pelo menos dois Estados-Membros da UE, com uma taxa de financiamento proposta limitada a 20 % do custo total da ação.

O apoio destina-se a ações na fase de desenvolvimento que abranjam tanto produtos e tecnologias novos como a modernização dos existentes.

Os EM terão de contribuir para os restantes custos centralizando as contribuições nacionais.

Os beneficiários que desenvolvam uma ação no contexto da CEP serão elegíveis para um financiamento reforçado.

As propostas apresentadas serão avaliadas com base nos seguintes critérios de atribuição:

- O contributo da ação para a inovação e o desenvolvimento tecnológico das indústrias de defesa;
- Os interesses de segurança e de defesa da UE, melhorando as tecnologias de defesa que contribuam para as prioridades em termos de capacidades;
- A viabilidade da ação e a capacidade dos beneficiários para demonstrarem a existência de um compromisso por parte dos Estados-Membros para, em conjunto, produzirem e adquirirem o produto final ou a tecnologia de uma forma coordenada.

³ Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa, destinado a apoiar a competitividade e a capacidade inovadora da indústria de defesa da UE (7 de junho de 2017).

II. c) Cooperação Estruturada Permanente

O Tratado de Lisboa prevê que um grupo de Estados-Membros possa reforçar a sua cooperação em matéria de defesa mediante o estabelecimento de uma Cooperação Estruturada Permanente (CEP).

Em 2017, 25 Estados-Membros da UE concordaram em lançar a CEP a fim de reforçar a segurança e defesa da UE que estabelece como objetivo o desenvolvimento conjunto das capacidades de defesa e disponibilizá-las para as operações militares da UE.

Os EM participantes aprovaram uma lista inicial de 17 projetos a realizar no âmbito da CEP (Quadro 3). Os projetos abrangem domínios como:

- A formação;
- O desenvolvimento de capacidades;
- A disponibilidade operacional no domínio da defesa.

Quadro 3: Lista de projetos CEP aprovados, com destaque para a participação de Portugal a negrito.

PROJETO	DESCRIÇÃO	MEMBROS DO PROJETO
1. European Medical Command	A criação do Comando Médico Europeu (CME) pretende fornecer à UE uma capacidade médica de base para apoiar missões e operações no terreno.	Alemanha, República Checa, Espanha, França, Itália, Holanda, Roménia, Eslováquia, Suécia
2. European Secure Software defined Radio (ESSOR)	Visa desenvolver tecnologias comuns para rádios militares ao nível da UE. A adoção destas tecnologias de padronização garantem a interoperabilidade das forças da UE no quadro das operações conjuntas e combinadas e desse modo, promovem o reforço da autonomia estratégica Europeia.	França, Bélgica, Alemanha, Itália, Holanda, Polónia, Portugal , Finlândia
3. Network of logistic Hubs in Europe and support to Operations	O Hub europeu das redes logísticas em apoio às operações tem como objetivo melhorar o apoio logístico estratégico e a projeção de forças em missões e operações da UE. Visa o estabelecimento de soluções transfronteiriças no sentido de tornar o transporte e a logística mais eficiente.	Alemanha, Bélgica, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Hungria, Holanda, Eslovénia, Eslováquia
4. Military Mobility	A Mobilidade Militar tem como objetivo principal promover o compromisso dos Estados-Membros para simplificar e padronizar procedimentos de transporte transfronteiriços militares. Visa melhorar a velocidade do movimento das forças militares em toda a Europa.	Holanda, Bélgica, Bulgária, República Checa, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipe, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Áustria, Portugal , Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia, Suécia
5. European Union Training Mission Competence Centre (EU TMCC)	O TMCC da UE tem como objetivo melhorar a disponibilidade, interoperabilidade, aptidões e desempenho do pessoal (formadores) para as missões de treino da UE, contribuindo assim para melhores resultados destas missões.	Alemanha, Bélgica, República Checa, Irlanda, Espanha, França, Itália, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Roménia, Suécia
6. European Training Certification Centre for European Armies	Tem por objetivo promover a padronização de procedimentos entre os exércitos europeus e permitir que o pessoal, até o nível de divisão, pratique todo o espectro das funções de comando e controlo ao nível conjunto e interagências num ambiente de treino simulado.	Itália, Grécia
7. Energy Operational Function (EOF)	A EOF tem dois objetivos: visa desenvolver conjuntamente novos sistemas de fornecimento de energia em operações conjuntas e garantir que a questão da energia seja levada em conta, desde a conceção de sistemas de combate até ao apoio às operações, incluindo a componente do planeamento operacional.	França, Bélgica, Espanha, Itália

PROJETO	DESCRIÇÃO	MEMBROS DO PROJETO
8. Deployable Military Disaster Relief Capability Package	Este projeto tem como objetivo treinar e preparar um conjunto de recursos (materiais e de pessoal), que possam ser empenhados rapidamente em operações da UE ou de outras entidades, adequados para enfrentar situações de emergência e eventos excecionais no território da UE.	Itália, Grécia, Espanha, Croácia, Áustria
9. Maritime (semi-) Autonomous Systems for Mine Countermeasures (MAS MCM)	Tem como objetivo fornecer um conjunto integrado de tecnologias (semiautónomas subaquáticas, de superfície e aéreas) para a guerra de minas em ambiente marítimo.	Bélgica, Grécia, Letónia, Holanda, Portugal , Roménia
10. Harbour & Maritime Surveillance and Protection (HARMSPRO)	O domínio marítimo exige uma proteção efetiva e contínua de navios, portos e outras infraestruturas críticas marítimas. Essa capacidade exige a exploração de tecnologias muito diversas (subsuperfície, superfície, ar e espacial), com base numa abordagem modular (sistema de sistemas) através do emprego e integração de diferentes sistemas, incluindo os não tripulados (em todos os domínios).	Itália, Grécia, Espanha, Portugal
11. Upgrade of Maritime Surveillance	Este projeto visa melhorar a vigilância marítima e o conhecimento situacional do Mediterrâneo Oriental. O objetivo é ter um sistema integrado composto por estações de radar terrestres, UAVs, MPAs, aeronaves, recursos C3, infraestruturas, meios navais no mar, etc.	Grécia, Bulgária, Irlanda, Espanha, Croácia, Itália, Chipre
12. Cyber Threats and Incident Response Information Sharing Platform	O objetivo deste projeto é a criação de um plataforma onde seja possível partilhar informações de ameaças cibernéticas, para fortalecer a capacidade de ciberdefesa das nações e melhorar a resposta a incidentes cibernéticos, exigindo cooperação multinacional.	Grécia, Espanha, Itália, Chipre, Hungria, Áustria, Portugal
13. Cyber Rapid Response Teams and Mutual Assistance in Cyber Security	Aprofundar a cooperação em campo cibernético, incluindo a partilha de informações, treino conjunto, apoio operacional mútuo e criação de capacidades conjuntas.	Lituânia, Espanha, França, Croácia, Holanda, Romania, Finlândia
14. Strategic Command and Control (C2) System for CSDP Missions and Operations	O objetivo deste projeto é proporcionar à UE uma capacidade estratégica a nível do comando e controlo, através de um melhor apoio à decisão, planeamento e condução de missões e operações CSDP, de acordo com os níveis de ambição acordados.	Espanha, Alemanha, Itália, Portugal
15. Armoured Infantry Fighting Vehicle / Amphibious Assault Vehicle / Light Armoured Vehicle	O objetivo deste projeto é desenvolver e construir um protótipo do Veículo Blindado de Combate de Infantaria (AIFV) europeu, Veículos de Assalto Anfíbios (AAV) e Veículos Blindados Ligeiros (LAV).	Itália, Grécia, Eslováquia
16. Indirect Fire Support (EuroArtillery)	O objetivo deste projeto é desenvolver uma plataforma de artilharia de precisão, móvel e interoperável, incluindo a utilização de diversos tipos de munições (munições "inteligentes", munições não-letais, etc, e um sistema C2 de artilharia único para emprego em operações multinacionais).	Eslováquia, Itália
17. EUFOR Crisis Response Operation Core (EUFOR CROC)	O objetivo deste projeto é contribuir para melhorar a capacidade de gestão de crises da UE, através da criação de um programa de formação que cubra todo o espectro da gestão de crises, melhorando assim o desempenho em missões e operações.	Alemanha, Espanha, França, Itália, Chipre

Estes projetos foram formalmente adotados pelo Conselho Europeu em 6 de março de 2018, tendo nesse mesmo dia adotado um roteiro para a aplicação da CEP. O roteiro define a direção e a orientação estratégica para estruturar os próximos trabalhos tanto no que diz respeito aos processos como à governação, estabelecendo um calendário para o processo de revisão e avaliação dos planos nacionais de execução que especificam a forma como os Estados-Membros pretendem cumprir os compromissos mais vinculativos que assumiram entre si.

Além disso, define os prazos para se chegar a acordo sobre eventuais projetos futuros e estabelece as regras de governação comum para os projetos, que deverão ser adotadas pelo Conselho até ao final de junho de 2018.

A CEP é orientada para a produção: deve conduzir coletivamente os investimentos de Defesa e de equipamento militar de forma mais eficiente, para tornar as Forças Armadas dos Estados-Membros mais facilmente implantadas em missões e operações da UE.

A melhoria das capacidades de defesa dos Estados-Membros da UE beneficiará também a NATO e reforçará o seu pilar europeu.

III. EDA - AGÊNCIA EUROPEIA DE DEFESA

A [Agência Europeia de Defesa](#) (EDA – European Defence Agency) foi criada em 2004 e tem por missão ajudar os seus 27 membros (todos os países da UE menos a Dinamarca) a desenvolver os respetivos recursos militares.

A agência promove a colaboração, lança novas iniciativas e propõe soluções para melhorar as capacidades de defesa. Além disso, ajuda os países interessados a desenvolverem capacidades de defesa conjuntas.

A AED tem um papel determinante ao facilitar o desenvolvimento das capacidades em que assenta a [Política Comum de Segurança e Defesa](#) (PCSD).

Com sede em Bruxelas, a AED tem cerca de 140 efetivos e é dirigida por Federica Mogherini, Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia.



Imagem 5: Logótipo da Agência Europeia de Defesa.

III. a) Atividades da EDA relacionadas com a Indústria

Com o apoio dos Ministros da Defesa da UE, através de projetos de colaboração em matéria de capacidades de defesa, o envolvimento da EDA com a Indústria foca-se nas seguintes prioridades:

- A harmonização dos requisitos de forma a disponibilizar capacidades operacionais aos Estados-Membros e à UE num todo;
- Investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico;
- Formação e exercícios de apoio a operações no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa;
- Apoio geral à Indústria no sentido de reforçar a indústria de defesa europeia e desempenhar um papel de facilitadora e intermediária entre intervenientes militares dos Estados-Membros e as políticas da UE com impacto na Defesa.

A Agência oferece apoio específico para projetos que envolvam, no mínimo, dois países, em função das respetivas prioridades estratégicas, requisitos operacionais ou interesse num projeto específico.

A EDA é amplamente reconhecida pelo conhecimento especializado de que dispõe. O pessoal da agência trabalha integrado em [equipas de peritos](#) e mantém relações estreitas com os seus homólogos dos países da UE, de outras organizações da UE e multinacionais representativas do setor.

A Agência Europeia de Defesa é composta por 3 direções operacionais:

- [Planeamento e apoio à cooperação;](#)
- [Capacidades, armamento e tecnologia;](#)
- [Sinergias europeias e inovação;](#)

III. b) EDA Capability Technology Areas

O trabalho da Agência Europeia de Defesa no domínio da investigação e tecnologia está em consonância com a missão da Agência de apoiar os Estados-Membros nos seus esforços para melhorar as capacidades de defesa. A EDA organiza as suas prioridades de I&T em diferentes áreas tecnológicas de capacidade (*CapTechs – Capability Technology Areas*), que são redes externas abertas à participação de especialistas representantes de organizações governamentais, indústria, pequenas e médias empresas (PME) e universidades, moderadas pela EDA.

Atualmente, a Agência possui onze CapTechs e um Grupo de Trabalho relacionado. Cada um destes grupos concentra-se áreas tecnológicas específicas associadas a diferentes domínios militares. Todos os CapTechs funcionam sob a responsabilidade de um moderador da EDA.

O objetivo dos CapTechs é propor atividades de I&T em resposta às necessidades no âmbito da Defesa de forma a gerar novos projetos de acordo com os interesses comuns dos diferentes Estados-Membros.

Com base nas tendências identificadas, recolhidas junto dos Estados-Membros e no Estado-Maior da União Europeia, através da avaliação dos défices de capacidades entre as Forças Armadas e na identificação das oportunidades de partilha entre Estados, foi identificada uma lista de prioridades - Plano de Desenvolvimento de Capacidades - com o objetivo de orientar o trabalho da Agência (Imagem 6).



Imagem 6: Prioridades tecnológicas do Plano de Desenvolvimento de Capacidades da EDA.

Por este motivo, todos os CapTechs estabeleceram um roteiro tecnológico que vá de encontro ao desenvolvimento das capacidades exigidas pelas Forças Armadas na União Europeia.

A coordenação da indústria com o coordenador nacional do Ministério da Defesa Nacional é essencial para garantir a participação nos CapTechs da EDA.

Quadro 4: Lista de CapTechs da EDA.

PROJETO	DESCRIÇÃO
CapTech Technologies, Components and Modules	Tecnologias eletrónicas, fotóticas e micromecânicas para habilitar ou aprimorar aplicações de defesa num espectro amplo de tecnologias de sistemas de defesa em áreas como C4ISTAR e radiofrequência, micro-ondas e optrónica sensorial.
CapTech Radio Frequency Sensors Technologies	Sensores e Sistemas de Guerra Eletrónica que utilizam tecnologia de frequência de rádio, magnética e eletrónica.
CapTech Electro Optical Sensors Technologies	Sensores e Sistemas de Guerra Eletrónica aplicando tecnologia eletro-óptica.
CapTech Communication Information Systems and Networks	Promover inovação tecnológica para sistemas de comunicação militar, de dispositivos a redes, bem como sistemas de informação, desde o processamento até a fusão, análise, distribuição e apresentação. Este grupo dedica-se também às questões de Ciber.
CapTech Materials and Structures	Abrange tecnologias que visam desenvolver materiais e estruturas, processos de produção, procedimentos de teste e soluções que são aplicáveis em diferentes domínios militares.
CapTech Ammunition Technologies	Sistemas de munições e mísseis, com vista a cobrir todo o nível de maturidade, incluindo sistemas e tecnologias, com o objetivo de atrair ações e investimentos dos Estados-Membros.
CapTech Ground Systems	Tecnologias relacionadas com plataformas terrestres, veículos terrestres não tripulados, sistemas de soldados entre outros tópicos.
CapTech Guidance, Navigation and Control	Vigilância tecnológica e pesquisa nas tecnologias subjacentes para futuras necessidades de capacidade de maior precisão, desempenho de localização e robótica, incluindo autonomia, como por exemplo nas áreas de robótica e orientação e controlo de aeronaves.
CapTech Naval Systems	Abrange plataformas de superfície e submersas, incluindo projeto, fabricação, integração e melhoria do ciclo de vida, com desenvolvimento de tecnologias que visam melhorar a hidrodinâmica de plataformas navais, projeto estrutural e mecânico, orientação, controlo e propulsão. Além disso, este CapTech aborda sistemas de armas navais, contramedidas e sensores (em especial sensores subaquáticos), mas também simuladores e sistemas de treino para tripulações da marinha.
CapTech Experimentation, System of Systems, Space, Battlelab and Modelling & Simulation	Combina várias áreas através de simulações distribuídas, processos comuns de desenvolvimento e formação em conjunto com abordagens de Modelação e Engenharia de Sistemas na procura da interoperabilidade dos Sistemas Europeus de forma a desenvolver as seguintes capacidades: Engenharia e Arquitetura de Sistemas; Sistemas espaciais; Experimentação, verificação e validação; Simuladores, sistemas de treino e ambientes sintéticos; Experiências Distribuídas e Laboratórios de Comabate.
CapTech CBRN and Human Factors	Promovem a pesquisa de Proteção CBRN para melhorar as tecnologias de deteção, identificação e monitoração de ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares (CBRN).

III. c) *EDA Preparatory Action for Defence Research*

No âmbito da vertente Investigação do Fundo Europeu de Defesa, a Comissão reservou 90 milhões de euros para a Ação Preparatória para Investigação no domínio da Defesa (PADR).

As atividades da PADR são geridas pela Agência Europeia de Defesa na sequência do mandato de delegação entre a Comissão e a EDA, assinado em 31 de Maio de 2017. Através deste acordo, a Comissão confia à Agência a gestão e execução dos projetos de investigação a lançar dentro do PADR.

O orçamento para as ações relacionadas com a PADR está dividido em três anos:

- 25 M€ em 2017 (já comprometidos, primeiros projetos iniciados): [consulte aqui](#);
- 40 M€ em 2018 (aprovados e convites à apresentação de propostas abertos): [consulte aqui](#);
- 25 M€ em 2019 (a confirmar e a aprovar).

Esta ação preparatória constitui um passo concreto para avaliar e demonstrar o valor acrescentado da investigação e tecnologia de Defesa apoiada pela UE. Espera-se, desta forma, que os resultados obtidos aprofundem ainda mais a cooperação europeia em matéria de defesa, dando resposta às insuficiências de capacidade e reforçando as partes interessadas.

A Comissão Europeia lançou a PADR tendo em vista o desenvolvimento do futuro Programa Europeu de Investigação em Defesa (EDRP) como parte do próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE (2021-2027).

De forma a obter mais informações sobre os instrumentos de financiamento da UE relevantes para a Indústria da Defesa, pode consultar o Portal Europeu do Financiamento para a Defesa (*European Funding Gateway for Defence*) [consulte aqui](#).

IV. INFORMAÇÕES ÚTEIS

Informações gerais

- [Cooperação da UE em matéria de Segurança e Defesa](#)
- [Estratégia global da UE em matéria de Segurança e Defesa \(SEAE\)](#)

Fundo Europeu de Defesa

- [Plano de Ação Europeu no domínio da Defesa](#)
Comunicado de imprensa da Comissão Europeia sobre o Plano de Ação Europeu no domínio da Defesa para um Fundo Europeu de Defesa.
- [Reunião do Conselho Europeu \(15 de dezembro de 2016\) – Conclusões](#)
Conclusões adotadas pelo Conselho Europeu sobre Segurança externa e defesa.
- [Reunião do Conselho Europeu \(9 de março de 2017\) – Conclusões do Presidente](#)
O Conselho Europeu deliberou sobre matérias de Segurança e Defesa, entre outros.

PEDID - Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa

- [Regulamento PEDID](#)
Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa, destinado a apoiar a competitividade e a capacidade inovadora da indústria de defesa da UE.

CEP - Cooperação Estruturada Permanente

- [Decisão que estabelece uma cooperação estruturada permanente e determina a lista de Estados-Membros participantes](#)
- [Panorâmica dos primeiros projetos colaborativos da CEP](#)
- [Roteiro de implementação da CEP](#)
A 6 de março de 2018, o Conselho adotou um roteiro para a aplicação da cooperação estruturada permanente (CEP).

Cooperação UE - OTAN

- [Declaração UE-OTAN](#)
UE e OTAN assinaram uma declaração conjunta na Cimeira da OTAN em Varsóvia a 8 de julho de 2016.
- [Conclusões do Conselho sobre a implementação da Declaração Conjunta UE-OTAN \(6 de dezembro de 2016\)](#)
Conselho aprovou com um conjunto de ações concretas com 42 propostas, que foi também subscrito pela OTAN.

Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia

- [Proposta de Resolução do Parlamento Europeu 2013](#)
O Parlamento Europeu, através de uma proposta de resolução, incentiva os Estados-Membros a encararem as Indústria de Defesa através de uma Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia que atue num contexto mundial.

Ricardo Santos Lopes
Diretor de Desenvolvimento da BTID & Business Intelligence
Email: ricardo.lopes@iddportugal.pt

